

EDITORIAL



A *Revista Plural* chega a mais uma edição. Dar início a uma apresentação salientando esse fato pode parecer um truísmo ou mais uma dessas obviedades documentadas, sem maiores propósitos, a não ser servir como um meio para romper o silêncio e iniciar a conversa com o leitor. Mas, de fato, reconhecer que a *Plural* chega a mais uma edição é admitir, antes, que a tarefa compartilhada pelos membros da Comissão Editorial de selecionar, discutir e preparar artigos para a publicação em uma revista de pós-graduação, embora não seja das mais fáceis, alcança seu propósito; e não é tarefa fácil porque a Revista sempre prezou por refletir com seriedade acerca da *pluralidade* da produção acadêmica nas ciências sociais.

Ora, a diversidade de temas, propostas teóricas, metodologias de pesquisas e estilos do *fazer* intelectual não contribui, tão somente, para fazer crescer a produção acadêmica nacional, e sim constitui a própria riqueza do campo da pós-graduação no Brasil. Isso porque o compromisso com a *pluralidade* também expressa o desejo compartilhado por muitos de que a diferença e o debate entre perspectivas diversas sejam combustíveis para o avanço e, mais, para a sofisticação de nosso entendimento do mundo social em que estamos imersos, tão complexo e multifacetado. Só por meio de olhares diversos e plurais é que se torna possível dar sentido ao mundo, perceber suas nuances mais estreitas e, assim, pensar possibilidades factíveis de mudá-lo.

Nessa medida, os artigos selecionados para esta edição apresentam um feixe de visadas muito rico acerca da vida contemporânea. Os percursos temáticos vão da medicalização da vida aos problemas do desenvolvimento no MERCOSUL, passando pela questão do poder subjetivo do negro na sociedade brasileira e pela construção de mecanismos de participação popular na consolidação de democracia pós-constituente de 1988. Em suma, cursam-se os caminhos que se fixam mais

acentuadamente na antropologia do consumo até os dilemas políticos da consolidação democrática brasileira.

O artigo de Eduardo Zanella, “Não dá para sair do morro: pertencimento e sociabilidade no consumo de bebidas alcoólicas em um bar popular de Porto Alegre”, representa a tradição de pesquisa que enfatiza as microinterações cotidianas como uma dinâmica criativa da ação social. Para tanto, o autor busca demonstrar, por intermédio da etnografia e da descrição densa, como o consumo do álcool se institui como um *médium* pelo qual algumas sociabilidades são construídas, dando, assim, um passo à frente das interpretações que veem tal consumo como o simples resultado de desorganização e disfunção física e psicológica. O bar não é um vácuo social, é um cartograma no qual diferentes percursos e trajetos são traçados, e outras formas de “companheirismos” passam a se estabelecer. A vida social, assim, não é desorganizada.

E, se a vida social não é sinônimo de desorganização, cumpre entender, também, como ela se organiza em diferentes níveis e patamares, pois a própria organização social tampouco é transparente e automática aos nossos olhos. Nesse contexto, o artigo “Integração regional e coesão social no MERCOSUL: uma análise à luz da teoria da dependência”, de Jonatan Pozzobon Müller, expressa bem os dilemas da integração socioeconômica em dimensão macro. O avanço das políticas neoliberais reduziu o espaço para a criação de mecanismos de proteção social e impulsionou, de forma abrupta, a desmontagem dos Estados latino-americanos como atores autônomos e independentes no cenário internacional. O resultado disso foi a continuidade do ciclo de dependência a que esses países sempre estiveram sujeitos, bem como uma situação de desagregação social. A questão se expressa, então, da seguinte forma: como driblar esses impulsos contrários? O autor tenta responder a essa questão direcionando sua atenção para os dilemas e as dificuldades da implantação do MERCOSUL. A hipótese trabalhada é a de que essa tentativa de mercado comum cumpre o papel de aparelho de produção da integração social na América Latina, onde o legado colonial dotou os Estados de estruturas de administração frágeis, as quais não só inibiram o crescimento econômico, como deixaram populações inteiras à mercê das instabilidades da economia mundial.

A partir daí, apresenta-se a questão dos parâmetros pelos quais a modernidade avança e se conecta com as mais diversas realidades sociais. E pergunta-se: a modernidade deve coincidir, tão somente, com o impulso expansionista do crescimento econômico e técnico capitalista? Que sentido dar a essa modernidade? Deve-se rejeitá-la raivosamente ou abraçá-la acriticamente?

Esse campo espinhoso de problemas emerge, nesta edição, com a leitura do artigo “Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura”, de Fábio Nogueira de Oliveira. O problema da modernidade é justamente o da construção de sujeitos políticos e sociais autônomos e livres, em uma ordem social justa e igualitarista. No entanto, os problemas surgem quando se reconhece que nenhum dos termos detém precedência sobre o outro. E a questão do negro incide, então, justamente sobre a ideia de que há uma *práxis* negra a qual deve ser pensada dentro do paradigma da modernidade política ocidental. Trata-se, assim, de pensar o negro não como tema de pesquisa, mas como sujeito de sua própria experiência social. A obra de Clóvis Moura se apresenta, portanto, como uma cifra do caráter político inerente à noção de cultura. A “cultura do branco” e a “cultura do negro” respondem aos chamados das pretensões políticas. Ora, nada é simplesmente neutro. Tendo isso, a formação de uma identidade racial é sempre resultado de um jogo de empurra-empurra de atributos, disposições, marcas e figurações.

Cumpre, então, pensar no que significa “possuir uma cultura”. O pensamento intelectual moderno está apinhado de referências ao poder dos símbolos, dos signos e das palavras. O artigo “A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu”, de Arthur Coelho Bezerra, traça os diagramas pelos quais a noção de cultura foi pensada por dois grandes alavancadores da teoria social contemporânea. O artigo oferece ao leitor uma exposição detalhada da recente controvérsia encetada pelas novas concepções de cultura. Para os idealizadores da sociologia cultural, que tem Jeffrey C. Alexander como seu principal autor, a noção de cultura só pode ser pensada como uma concessão explicativa ao caráter textual e autônomo da cultura, a qual, como textualidade que organiza e informa as performances sociais dos atores, faz com que o universo simbólico dos agentes não se reduza a alguma outra coisa que não ele. Ou seja, cultura é variável independente, e não variável dependente, pois cabe investigar o modo como a cultura explica as práticas sociais. De um lado quase diametralmente oposto, desenha-se a sociologia da prática efetuada, com maestria, por Pierre Bourdieu, que enfatiza o caráter situado e enraizado da cultura. Segundo o autor, Bourdieu toma como base uma arquitetura teórica que privilegia os processos de incorporação de estruturas simbólicas a atuar como disposições informantes do modo como os atores sociais disputam posições vantajosas em campos sociais mais ou menos delimitados. Para Bourdieu, portanto, a cultura é o meio pelo qual a tessitura de poder e de desigualdades constrói a sociedade contemporânea. Nesse sentido, o essencial nesse artigo é a percepção de que as teorias dos dois autores podem ser postas em contenda – o que, aliás, está longe

de acabar –, a fim de que sejam fornecidas pistas para o melhor entendimento do papel da cultura.

E da cultura e suas relações com o conceito de poder, movemo-nos para a questão das desigualdades sociais e das relações mais gerais com as estruturas de poder político. Em suma, que papel representam os dispositivos simbólicos de negociação coletiva e de comunicação entre os atores sociais na geração de justiça e igualdade? A tradição crítica é revisitada no artigo “Teoria pós-crítica, desigualdade social e política educacional: uma breve análise do discurso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM”, de Jean Carlo de Carvalho Costa e Maíra Lewtchuk Espindola. Os autores enfrentam a difícil tarefa de pensar criticamente ou, como preferem, “pós-criticamente” as políticas públicas de educação no Brasil. Mais uma vez, a questão do poder, agora do jovem, levanta questões quanto ao papel da ideia de reconhecimento na produção de sujeitos autônomos e críticos. A democracia, para que possa não só ter um “desempenho” eficiente na produção de políticas, precisa ser pensada como um conjunto de instituições, valores, projetos e campos de atuação, em que a participação ocorra por vias outras que não somente a do voto periódico e paritário. A democracia é criadora de sujeitos e depende justamente dessa *potência crítica* incorporada na comunidade política.

Mas não é só isso. De fato, a democracia reivindica para si a tarefa de auto-criação, reinvenção, sequência de experiências, tentativas, desvios e inovações. Ora, nesses termos, a democracia é sempre um devir. E é isso o que nos faz pensar no artigo de Joana Tereza Vaz de Moura, Alan Daniel Freire Lacerda e Lindijane Bento Almeida, “A anatomia da participação: os conselhos como arena decisória”, no qual os problemas e as dificuldades de criação de arenas decisórias e de expressão de camadas alijadas do poder ganham corpo. Se a democracia é sempre algo a ser construído, sempre um porvir, então, ela pode ser lida, também, como algo a ser construído com rotas barradas e frestas cavadas com dificuldades, sobretudo pelas iniciativas de participação sociais. Os Conselhos Gestores permitem, nesse ínterim, a participação de setores da sociedade civil na elaboração e deliberação de políticas públicas. Integrando diferentes vertentes teóricas, os autores procuram dar conta tanto das dimensões normativas quanto empíricas do estudo do funcionamento da democracia, de modo a investigar a maneira como iniciativas reais experienciam tentativas de articulação entre as noções de “democracia representativo-deliberativa” e “democracia participativa”. Os problemas da ordem da lógica da ação coletiva, da dificuldade de coordenação de esforços e da concentração de poder, em alguns momentos, emergem nos conselhos, o que nos faz lembrar o quanto a democracia é um contingente funcionando sob os territórios de um equilíbrio bastante tênue.

Somos levados, então, a olhar para o modo como os sujeitos sociais se constituem em meio a uma, quase deleuziana, “sociedade do controle”. É isso que parece sugerir, de forma diversa, obviamente, o projeto artístico de capa desta edição elaborado por Clara de Freitas Figueiredo, com o curioso título “Abra”. Já Tatiana de Andrade Barbarini, em seu texto “A medicalização da vida e os mecanismos de controle: reflexões sobre o TDAH”, investiga os efeitos pelos quais a medicalização e a estigmatização impactam no modo como determinados indivíduos lidam com suas trajetórias. Trata-se de apontar o olhar para o caráter historicamente construído dos efeitos do “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade”, para investigar a forma pela qual sujeito e sociedade interagem conjuntamente para determinar os caminhos e os trajetos das vidas. O contemporâneo se modela, aqui, enquanto um espaço de contínua produção de corpos e almas medicalizadas e fortemente marcadas pela inadaptação às exigências e demandas atuais. O corpo social, destarte, é atravessado por corpos desviantes que impõem linhas de fuga e de estranhamento para a ordem desejada. Entretanto, como lidar com um mundo biológico que constantemente produz o diverso e o diferente? Talvez a melhor forma seja o silêncio. Silêncio de vozes que habitam o limite do audível, tão distantes que se passam por cacofonia, barulho e confusão. Vozes que não sabemos interpretar, a não ser como “biologia desviante” a ser emudecida.

Enfim, o que nos faz pensar sobre nossas audições do mundo? Como estamos ouvindo o que há para ser dito pelos sujeitos sociais? Quais são suas vozes, suas palavras e os sotaques de sua existência social? Justiça e igualdade ecoam como vozes muitas vezes mudas, muitas vezes surdas, e outras tantas vezes apagadas, mormente pela profusão do barulho do real contemporâneo. O compromisso com a *pluralidade* desta Revista é exatamente o reconhecimento de que a unilateralidade não esgota a diversidade dessas vozes e desses olhares que tanto têm a dizer e a perceber. Só a presença de muitos e a astúcia de vários podem envolver a contento essa realidade que quase sempre nos escapa, porquanto nunca se revela por inteiro.

Comissão Editorial